

Fernando Molica

Eventos literários precisam transbordar

O sucesso de público dos recentes eventos literários no Rio e em São Paulo revela que a queda no número de leitores no Brasil (atestada pelo mercado editorial) não está relacionada ao livro em si, mas aos nossos tradicionais obstáculos educacionais, sociais e econômicos. São barreiras que precisam ser superadas pelo esforço da sociedade e do Estado.

Essas grandes feiras cumprem um papel fundamental ao ajudarem a colocar livros e autores ao rés do chão. Num país que ainda hoje exhibe taxas vergonhosas de analfabetismo e de analfabetismo funcional, livros são quase sinônimos de exclusão, objetos associados a uma determinada elite, inalcançáveis. Traduzem mais uma opressão do que uma possibilidade de encantamento.

A própria associação entre livros e um determinado conceito de cultura (no sentido mais pesado da palavra) contribui para o afastamento de um público mais amplo. Isso dá um peso excessivo às publicações, delas retira o componente de prazer, de diversão, de parceria, de descoberta, de emoção, de aventura.

A ambientação de muitas de nossas melhores livrarias é acolhedora apenas para os leitores tradicionais, chega a ser hostil à grande parcela da população que não tem o hábito de frequentá-las. São pessoas que nelas se sentem como ateus num templo religioso, reservado para alguns escolhidos.

A realização de eventos literários em áreas públicas e em parques de exposição alivia o caráter intimidatório de

livrarias, é como se o público se sentisse autorizado a caminhar descalço entre as estantes.

A informalidade das conversas permite um contato direto com os autores, retira deles uma indevida aura de pessoas dotadas de conhecimentos mágicos e superiores.

O problema — e aí entra o Estado — é permitir que essas festas sejam incorporadas ao cotidiano dos cidadãos. Isso passa pela compra e distribuição de livros para escolas e bibliotecas, pela formação de profissionais — bibliotecários, professores, agentes comunitários — capazes de ajudar novos leitores a descobrirem as infinitas possibilidades oferecidas pela leitura.

Orientadores que conhecem nossos clássicos e que estejam atualizados com a pro-

dução contemporânea, que dialogue com dilemas e possibilidades de nosso dia a dia.

Pessoas despidas de preconceitos de viés moral e religioso, já que a boa ficção não é feita para reiterar certezas, dar lições de bom comportamento, para apresentar respostas, mas para dialogar com nossas dúvidas, entreter, provocar, gerar questionamentos, possibilitar encontros com aqueles que consideramos diferentes.

Fruto de uma tecnologia simples e que resiste aos séculos, livro é portátil, não precisa ser ligado na tomada, é compartilhável, faz companhia no transporte, na praia e no bar.

Livro, os eventos mostram isso, é pop, mas precisa de ajuda para ganhar ainda mais as ruas, para transbordar os limites das feiras literárias.

Sergio Cabral*

Margem Equatorial

Somente a cegueira proposital ou fruto da ignorância permitam que se diga que não há maior calor em nosso planeta, que o nível do mar não subiu desproporcionalmente nas últimas décadas e que os verões pelo mundo não estão cada vez mais ferozes na sua quentura.

Mas, também, somente a cegueira deliberada e de má fé ou a ignorância são capazes de condenar o desejo do governo brasileiro de explorar o óleo e o gás da Margem Equatorial brasileira.

Vivemos a transição energética. O Brasil, aliás, é exemplo de matriz diversificada. Devemos seguir, sem dúvida, no caminho da substituição da

dependência dos combustíveis fósseis.

Entretanto, deixar de explorar o óleo e o gás da nossa Margem Equatorial é um equívoco grave. Do Amapá ao Rio Grande do Norte temos uma nova fronteira de riqueza energética a ser explorada. De maneira controlada pelas mais rígidas regras ambientais e tecnológicas. Mas chega a ser surreal que uma região cuja população tem o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, dos mais baixos do país, seja privada de receber o grande impacto positivo que a exploração do óleo e do gás pode gerar na alavancagem dos setores industrial e de servi-

ços. Serão gerados milhares de empregos diretos e indiretos.

A questão ambiental não pode impedir a exploração da Margem Equatorial. Como também a indústria do petróleo não pode prejudicar o colosso ambiental da região. Há legislação e tecnologia disponíveis para essa adequação.

Temos cinco bacias sedimentares importantes: Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. À espera da exploração da indústria do óleo e gás.

E o tempo não para! O valor do barril do petróleo não será o mesmo daqui a 30 anos. Será menor. O investimento em

EDITORIAL

O respeito para com as diferenças

O princípio de que todos os seres humanos possuem direitos iguais é a base essencial para uma convivência justa, pacífica e harmoniosa em sociedade. Esse ideal, consagrado em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, deve nortear nossas atitudes diárias, nossa forma de enxergar o outro e a maneira como organizamos coletivamente a vida em comunidade. Viver respeitando essa norma significa compreender que ninguém é superior a ninguém, independentemente de cor, gênero, orientação sexual, religião, nacionalidade ou condição social.

Quando se reconhece que os direitos de todos são iguais, abre-se espaço para a empatia, para a justiça e para o diálogo. O respeito à diversidade não deve ser apenas um discurso, mas uma prática constante que se reflete nas leis, nas instituições e nas relações pessoais. Isso implica, por exemplo, garantir que todas as pessoas tenham acesso a educação, saúde, segurança e oportunidades dignas de trabalho, sem sofrer discriminação ou exclusão.

A igualdade de direitos

também exige uma postura ativa contra qualquer forma de preconceito ou opressão. Não basta apenas não praticar atos discriminatórios: é necessário combatê-los quando os vemos acontecer. A omissão diante da injustiça perpetua sistemas de desigualdade. Portanto, viver com base nesse princípio requer coragem para se posicionar, solidariedade com os que sofrem e disposição para construir uma sociedade mais inclusiva.

Além disso, é fundamental que o respeito aos direitos iguais esteja presente nas pequenas atitudes do cotidiano: ouvir com atenção quem pensa diferente, não interromper falas alheias, dividir espaços de maneira justa, respeitar o corpo e os limites dos outros. Esses gestos, embora simples, reforçam a cultura da igualdade.

Assim, o respeito mútuo, independente da cor, raça, religião, orientação sexual, nacionalidade ou padrão de vida social merece todo o apoio para que se possa construir um mundo melhor, sem desavenças, e com a educação digna para se respeitar as diferenças e as ideais contraditórias, com lealdade e parcimônia.

O novo patamar da desinformação

As eleições brasileiras se aproximam, e com elas ressurge uma preocupação já conhecida, mas que agora ganhou contornos ainda mais preocupantes: a disseminação de desinformação em larga escala. Se em pleitos anteriores as chamadas fake news já representavam um risco concreto à integridade democrática, hoje a situação é ainda mais delicada diante da ascensão veloz da inteligência artificial generativa.

Estamos diante de uma nova era da manipulação digital. Imagens hiper-realistas, áudios forjados e vídeos deepfake circulam nas redes sociais com espantosa naturalidade — muitos deles indistinguíveis da realidade aos olhos do cidadão comum. Em segundos, a IA pode produzir conteúdo falso com aparência legítima, capaz de induzir o eleitor ao erro, reforçar discursos extremistas ou atacar reputações públicas.

Nesse contexto, é urgente

que os órgãos de justiça do Brasil — em especial o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal (STF) — assumam uma postura proativa, coordenada e firme. Não se trata apenas de reagir após o dano consumado, mas de estabelecer desde já diretrizes claras, mecanismos de identificação e punição eficazes, além de promover campanhas de conscientização sobre os perigos dessa nova fronteira tecnológica.

A responsabilidade institucional é enorme. Não podemos aceitar que a IA seja usada como arma de guerra política, capaz de distorcer fatos e manipular multidões. Se a regulação da tecnologia ainda engatinha em nível global, cabe ao Judiciário brasileiro estabelecer jurisprudências sólidas e firmar parcerias com plataformas digitais para rastrear e conter conteúdos enganosos, independentemente de sua origem.

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Bancos e débitos indevidos: queixas dispararam.

1 - BANCOS E DÉBITOS INDEVIDOS. Queixas de clientes dispararam após 2020, e bancos atribuem a mudança de norma do BC. Dados de plataformas de proteção ao consumidor registraram aumento no número de reclamações por cobranças indevidas. Por Nayara Felizardo. Segundo o diretor executivo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Amaury Oliva, uma mudança em uma norma do Banco Central (BC) pode estar por trás do aumento das reclamações. A resolução 4.790/2020 permitiu que uma instituição financeira solicitasse inclusão de débito automático na conta de um cliente de outro banco. Após a norma, se tornou possível fazer a compensação entre bancos. Já a obrigação

de ter autorização do cliente para o desconto passou a ser da outra instituição financeira, chamada de destinatária, e não do banco no qual a pessoa tem a conta. Dados de duas plataformas da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) - Consumidor.gov.br e ProConsumidor - confirmam que, depois 2020, aumentou o número de reclamações por cobrança de serviço ou produto não reconhecido, não contratado ou não solicitado. As empresas reclamadas são bancos, financeiras e administradoras de cartão. O g1 mostrou casos em que a autorização para fazer o débito automático não é comprovada pelas instituições financeiras. Reclamações aumentaram 376%. Na plataforma Consumidor.gov.br, usada diretamente pelos

consumidores para registrar queixas, o número de reclamações saltou de quase 12 mil, em 2019, para cerca de 56 mil, em 2021, ano com mais registros. É um aumento de 376%. A partir de 2022, os números começaram a cair, mas ainda se mantiveram cerca de 180% maiores que em 2019, quando não havia a resolução do Banco Central. (...) (g1)

2- ORKUT VAI RETORNAR AO BRASIL. Rede social coloca o país como prioridade e aposta em comunidades e interação real. A rede social que marcou uma geração está sendo relançada pelo criador, Orkut Büyükkökten, com uma proposta atualizada e segura. O país, que concentrou mais de 34 milhões de usuários, tornou-se o principal merca-

Opinião do leitor

Juliana Marins

Não sei se é por lealdade ao mandato ou por gesto de solidariedade, mas o que o prefeito Rodrigo Neves, de Niterói, está fazendo por Juliana Marins merece reconhecimento. Pagar a translação do corpo da brasileira prova que o seu gesto foi o mais significativo da ordem política até agora sobre o caso.

Conrado Tokilo Athonis
São Paulo - São Paulo

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: REVOLUÇÃO BOLIVIANA GANHA MAIS ADEPTOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 27 de junho de 1930 foram: Julio Prestes chega a Paris e visita o túmulo do soldado desconhecido. Escola Militar de La Paz e Sindicato dos Aviadores também aderiram aos revolucionários contra o governo Siles. Futuro car-

HÁ 75 ANOS: NOVA CRISE POLÍTICA INSTALADA NA FRANÇA

As principais notícias do Correio da Manhã em 27 de junho de 1950 foram: Eduardo Gomes confirma presença nas convenções esta-

duais da UDN no Paraná e em Santa Catarina. Caderno especial mostra a força do universo feminino. Por 353 a 230, Congresso francês destitui

deal brasileiro, Sebastião Leme chega à Itália. Reforma da Lei Orgânica do DF prevê a criação de três novas subprefeituras.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.